



Discurso Final

Orçamento e Plano Regional Anual para 2017

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Estamos a concluir a discussão do Orçamento da Região Autónoma para 2017, do Plano Regional Anual para 2017 e das Orientações de Médio Prazo 2017/2020.

Escrevi, no discurso de abertura desta reunião plenária, que o Governo Regional não está, na minha opinião, a realizar uma leitura correta das necessidades e dos desafios que a sociedade e a economia açoriana enfrentam. Por isso falei de D. Quixote e dos célebres moinhos de vento.

Apesar desta perceção negativa dos documentos governamentais que estão análise neste debate, participei na discussão com espírito e mente aberta. Acredito na legitimidade e na eficácia do debate parlamentar. O método parlamentar, que permite a discussão livre de políticas e a exposição, submetida ao contraditório, de argumentos, representam, para mim, uma solução democrática de governo que ainda não foi superada.

Não acredito em iluminados. Não acredito em ungidos. Não acredito em homens providenciais. Não acredito em homens ou mulheres insubstituíveis. Não acredito em super-homens. Não acredito em profetas e não acredito em homens ou mulheres que reivindicam uma especial e exclusiva relação com o sentimento e a vontade popular.

Acredito, como já aqui disse muitas vezes, no "**Governo do Povo, pelo Povo e para o Povo**". Num sujeito coletivo, cuja natureza e vontade não se esgota numa qualquer maioria política circunstancial, por mais longo que seja o ciclo eleitoral vitorioso.



Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Tenho um conjunto de motivos, acontecimentos, desempenhos e desencantos que me ajudaram a definir a minha posição neste Orçamento. São os seguintes:

1- A utilização abusiva, por parte de muitos Secretários e deputados da maioria, da vitória eleitoral de há 5 meses para justificar a inata superioridade dos seus argumentos e dos seus projetos. Ou seja, muitos pensam e defendem que tendo o PS ganho as eleições, isso implica que tem de ser reconhecida a natureza determinista e não problematizável das suas propostas ou até do conjunto da sua ação política anterior.

Esta conclusão e este pensamento estão profundamente errados. O nosso sistema político não funciona numa lógica política referendária, que é a preferida das ditaduras, dos sistemas autoritários e dos populismos que negam o carácter representativo e plural das democracias parlamentares.

Nós somos uma democracia parlamentar e isso implica recusar a ideia que uma qualquer maioria tem razão pela simples circunstância de ser uma maioria. Numa democracia parlamentar a discussão de argumentos e a apreciação do mérito de propostas e projetos não pode partir de qualquer postulado prévio que imponha a natureza e a superioridade incontestável do pensamento maioritário ou da corrente política mais votada. O mérito tem de ser discutido. O mérito deve ser problematizado. O mérito tem de ser provado.

Ora a maioria socialista usou e abusou, ao longo do debate, do pensamento mágico e da imposição, quase tribal, do carácter sagrado e incontestável das propostas governamentais. Como alguém afirmou, é importante não esquecer que **a democracia é apenas a suspeição de que mais de metade das pessoas estão certas, mais do que metade das vezes (E.B. White).**



2- A natureza injusta e insustentável dos documentos orçamentais aqui propostos pelo Governo Regional suportado pelo Partido Socialista. Um grande libertário norte-americano disse um dia, com uma presença de espírito admirável, que **“a democracia tem de ser algo mais do que dois lobos e uma ovelha a votarem o que vão ter para o jantar”**.

Ora a questão é mesmo essa nos Açores socialistas. Existem cada vez mais lobos e menos ovelhas na sociedade açoriana. Uma parte cada vez mais significativa do nosso Orçamento está a ser canalizada para uma elite partidária em constante expansão no âmbito do pessoal político do sistema, nos cargos de chefia e de confiança política da administração regional ou no sector público empresarial regional. Para uma Região com tão poucos recursos como a nossa, tudo isto representa um fardo cada vez mais insustentável.

Na base da pirâmide da sociedade de castas em que nos transformámos, as massas populares mantêm-se calmas e fieis à situação devido ao crescimento prodigioso dos programas ocupacionais e da enorme expansão do Rendimento Social de Inserção. Os rendimentos dos açorianos abrangidos por estes mecanismos asseguram apenas o nível de subsistência destas populações.

O atual modelo de desenvolvimento económico e os mecanismos governamentais de intervenção social constituem um formidável - e quase invencível - método para ganhar eleições e preservar o poder político, mas retiram, a vastos sectores da população açoriana, qualquer horizonte de futuro.

3- A outra questão, que reputo de essencial, consiste no erro estratégico e de governação que está a ser cometido no âmbito da conceção e das prioridades assumidas em termos orçamentais pelo Governo Regional.

Diminuir o investimento no âmbito da promoção do destino Açores e da qualificação do sector turístico significa dar como adquirido algo que ainda não está garantido: a expansão e a afirmação do nosso sector turístico.

Ou seja, o Governo Regional provoca um novo problema e diminui o potencial de crescimento de um sector que tem todas as condições para crescer significativamente. Este é o género de atitude



que torna pertinente a célebre frase de Woody Allen: **“A vocação de um político de carreira é fazer de cada solução um problema”**. Trata-se de uma opção estratégica incompreensível.

O mesmo se diga da diminuição do esforço orçamental em áreas como a agricultura e as pescas. Também aqui a opção deveria ser diferente e de sinal contrário. As pescas e a agricultura continuam a representar dois pilares fundamentais da economia açoriana. Nesse sentido, o que se deveria fazer é aumentar o investimento nas pescas e na agricultura, e não capitular nestas duas frentes de batalha como faz o Governo Regional neste Orçamento.

4- A outra questão de que discordo tem a ver com o significativo aumento da carga fiscal que incidirá sobre os açorianos devido às decisões conjugadas dos socialistas açorianos de Lisboa e dos socialistas dos Açores.

Neste âmbito, tenho a certeza que pelo menos um deputado socialista votará contra o aumento do imposto do tabaco: o deputado André Bradford. O mesmo que escreveu um dia - num artigo com o seguinte e sugestivo título: Fumadores de todo mundo, uni-vos! - que “numa sociedade verdadeiramente democrática e respeitadora da liberdade do indivíduo, o facto de se ser fumador seria tão ou menos irrelevante quanto o facto de beber uma água. Mas na sociedade contemporânea é quase mais grave do que ser-se corrupto”.

Seja como for, não estou absolutamente convencido que as razões de saúde superem, de facto, as razões relacionadas com a falta de dinheiro de um executivo que não quer abdicar de pequenos luxos e velhos hábitos. Nestas circunstâncias, deixem-me aqui adaptar para a nossa realidade uma frase lapidar de Ricardo Araújo Pereira: **“Os açorianos vivem hoje num país nórdico: pagam impostos como no Norte da Europa e têm um nível de vida como no Norte de África”**.

5- Existe, ao nível orçamental, outra questão permanente e estrutural, que tende a agravar-se de ano para ano. Trata-se dos investimentos concretizados por um Governo Regional que, não tendo dinheiro para os fazer, assume compromissos de pagamento faseado de muito longo prazo: que superam as três décadas. É o caso da Scut dos Açores, cuja renda anual sobe mais de 2 milhões de euros em relação ao ano



passado, atingindo o valor estratosférico de mais de 31 milhões de euros ou do hospital de Angra.

Não concordo. Não posso aceitar que os netos dos açorianos tenham de pagar por uma opção e por uma escolha que não realizaram. Impor dívidas e encargos a uma geração que ainda nem sequer nasceu, não tem nada de democrático. Cada geração tem o direito de realizar as suas próprias escolhas.

O Partido Socialista dos Açores impôs a sua vontade ao longo das últimas duas décadas, mas os que nascerem e crescerem nas próximas três décadas serão obrigados a pagar despesas que não decidiram e não votaram. Este facto está, pura e simplesmente, errado.

6- Deixem-me abordar, com muita frontalidade, outra questão. Não sou um monárquico integralista. O PPM tem uma grande tradição liberal e reivindica o património daqueles que ganharam a Guerra Civil do início do século XIX.

Por isso defendemos a separação entre o Trono e o Altar. Nos Açores temos uma situação atípica: não existe separação nítida entre o Trono e o Altar, entre o Governo Regional Socialista e a Igreja, entre o poder temporal e o poder religioso.

Nesse sentido, trata-se de uma situação que, na prática, nos remete para um período que antecede a Revolução Francesa. É por isso que os contribuintes açorianos pagaram, ao longo das últimas duas décadas, uma espécie de dízimo involuntário à Igreja que atinge, em média, cerca de um milhão de euros. O próprio Tribunal de Contas tem grandes dúvidas em relação a este pagamento anual. E eu também. Nestas coisas defendo o que Cristo nos ensinou: "A César o que é de César, a Deus o que é de Deus".

7- Finalmente, discordo da forma como estão desenhadas as políticas de coesão para as ilhas de menor dimensão. Dou apenas dois exemplos da minha ilha. Como é possível que mais de quatro centenas de corvinos continuem totalmente dependentes de um tirano cavernícola, na área da saúde, ao longo de todo este tempo? Como é possível que isto possa suceder na nossa sociedade?

O segundo exemplo, também da ilha do Corvo, prende-se com a ausência de um refeitório escolar para os alunos do Corvo. Nesta



questão, como em tantas outras, parece que somos “Filhos de um Deus Menor”. Gostava de saber, tal como exclamou um antigo monarca francês, qual é a cláusula do Testamento de Adão que nos exclui dos benefícios da ação social escolar nos Açores. Trata-se de uma discriminação inaceitável. Deixo aqui a minha palavra que esta situação se resolverá no futuro, nem que seja a última coisa que eu faça na minha vida política.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 16 de março de 2017

O Deputado do PPM

Paulo Estêvão